

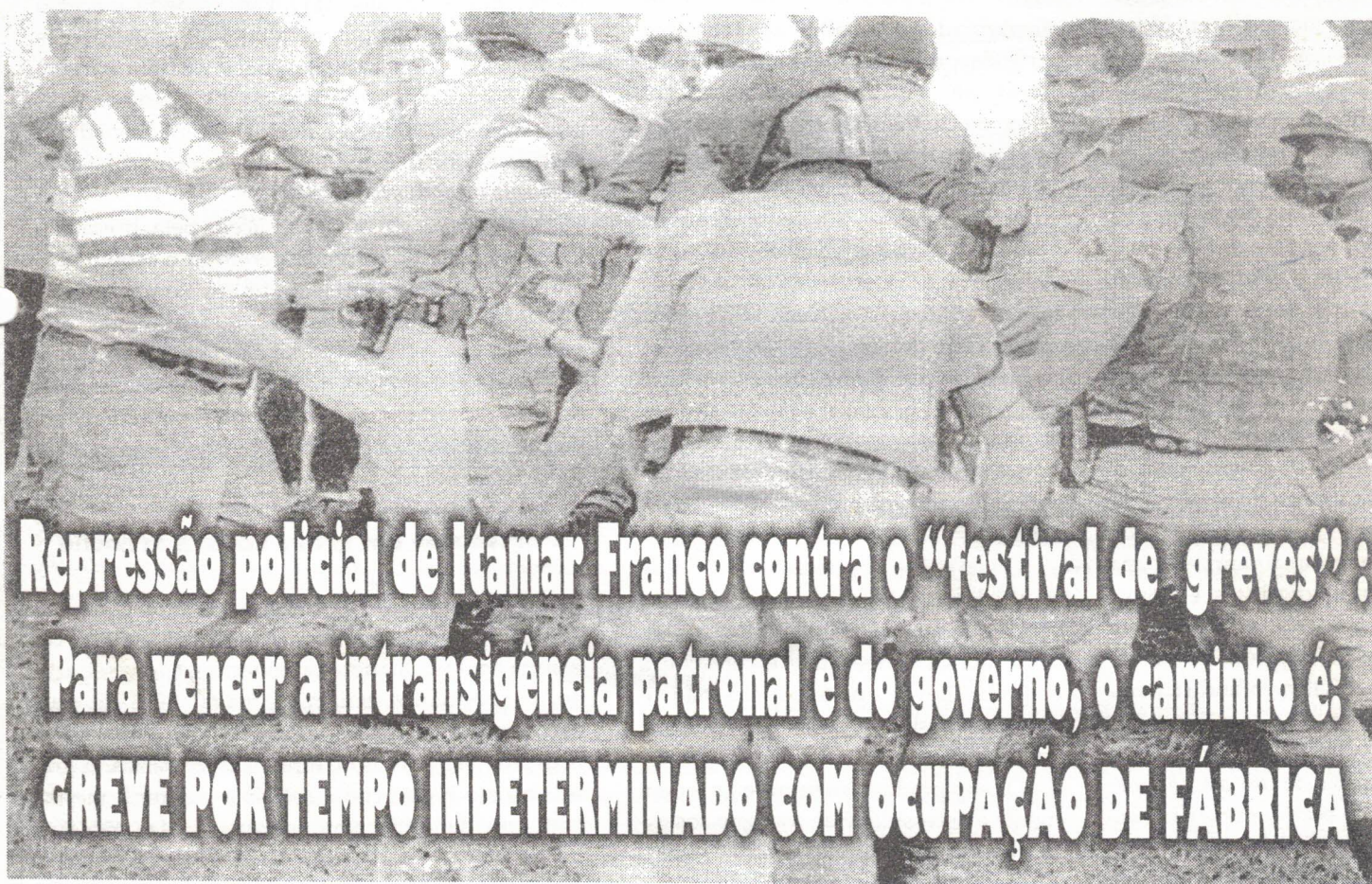
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XI - Nº 180 - 1ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1999 - R\$ 1,00

**O ministro do imperialismo (Pedro Malan)  
ordena mais confisco sobre o funcionalismo  
Nossa resposta deve ser:**

**GREVE GERAL PELA  
DERRUBADA DO PLANO**



**Repressão policial de Itamar Franco contra o "festival de greves":  
Para vencer a intransigência patronal e do governo, o caminho é:  
GREVE POR TEMPO INDETERMINADO COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA**

**Teses à Conferência Estadual da Educação em São Paulo**

**Fora com a perseguição política na Apeoesp! Retirada imediata do processo!**

# Quinzena de luta do Movimento Operário

## Festival de greves é reprimido pela polícia em Minas Gerais

O Festival de Greves organizado pela CUT e Força Sindical nos metalúrgicos é a paralisação de um dia em cada semana em diferentes estados pelo país, para reivindicar um contrato de trabalho nacional único. Essas greves de um dia não são capazes de dobrar os patrões e ainda permitem um mapeamento das lideranças. As direções estão utilizando esse instrumento como meio de desgaste da tendência de luta presente entre os operários.

No último dia 29 de setembro, tentou-se paralisar a Fiat. Inicialmente a greve estava marcada para 5ª feira, dia 30. Mas a empresa ameaçou dispensar os funcionários nesse dia. As direções anteciparam a paralisação para a 4ª feira. Organizaram um piquete na Rodovia Fernão Dias para impedir a entrada dos ônibus com os operários e outro na entrada da fábrica. A empresa organizou um grupo de seguranças para furar o piquete. Apoiados pela PM do governador Itamar Franco (ídolo de algumas correntes de esquerda), foram para cima dos sindicalistas e houve pancadaria. A PM agiu a seguir, reprimindo os piquetes e quebrando a paralisação.

O episódio mostra que a greve de um dia não tem força para quebrar a intransigência patronal. O caminho é a greve geral por tempo indeterminado, até a conquista das reivindicações.

## Trabalhadores da Iderol fazem cooperativa de trabalho

Depois de decretada a falência em 8 de julho de 99, mais de 300 operários procuraram o sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos (ligado à Força Sindical) para que intercedesse diante da Prefeitura pelo fornecimento de cesta básica e apoio jurídico, além do não pagamento das contas de água e luz. Como o sindicato dirigido por Chicão (filial ao PSDB) se omitiu, apresentando mil desculpas, uma comissão de operários foi à Prefeitura no último dia 8 cobrar um posicionamento, mas também não conseguiram nada.

Foi feito um seminário e se resolveu criar uma cooperativa para gerir a fábrica. Estão tentando uma audiência com o síndico da massa falida para propor a administração pela cooperativa.

No capitalismo, impera a separação entre a teoria e a prática e os operários são obrigados a trabalhar apenas numa parte da produção, desconhecendo as outras. Seu isolamento os faz ficar à mercê da chefia e não permite o desenvolvimento da tecnologia ligada à prática.

A busca pelo controle operário da produção coloca a questão de quem manda na fábrica, se os capitalistas ou os operários. Mas a criação da cooperativa corre o risco de, sob a pressão e influência da classe dominante, descambar para a tentativa de gerenciar a fábrica ajudando o capitalista em crise ou a contratação de operários a serem explorados em benefício de um grupo que administra a empresa.

Vejam o que aconteceu com a Forjaria Wieland, onde existia uma cogestão com o que sobrou dos operários e quando a fábrica se reergueu e começou a contratar novos operários, eles não tinham os mesmos direitos daqueles que cogestionavam.

Os explorados têm sempre de ter em mente a necessidade de combate aos exploradores. A luta pelo controle operário da produção ajuda a caminhar para o controle geral e total da economia pela classe operária, que será conquistada pela revolução proletária.

## Philip Morris transfere fábricas e demite

O grupo está fechando duas fábricas em São Paulo e transferindo parte da produção de chocolates e suco em pó para Curitiba (PR). Somente 20% dos funcionários devem aceitar a transferência, restando para a grande maioria a demissão. Em Curitiba, os transferidos irão para uma fábrica que produzia cigarros, e que levou à demissão de 1600 operários nos últimos dois anos.

Este é o resultado da tal da guerra comercial entre os estados: transferência de fábricas e demissão em massa de operários, que são usados e jogados fora como objetos. Os trabalhadores devem resistir às demissões organizando as greves unificadas com ocupações de fábrica e exigindo a escala móvel de horas de trabalho.

## Governo do PT em Mato Grosso reprime sem-terra

Cerca de 800 sem-terra resistiam até o último dia 25/09 a uma ação de despejo sobre a Fazenda Austrália, em Deodápolis (MT). Para impedir o acesso dos policiais, os ocupantes queimaram duas pontes de madeira completamente e parte de uma terceira. O governador petista Zeca do PT, atendendo às pressões dos fazendeiros, tem determinado medidas enérgicas contra os quase 10 mil sem-terra que ocupam seis fazendas no Estado.

A atitude do governador é aceita pela direção do PT como parte do dever de gerenciar o estado burguês, que só serve para garantir aos capitalistas seu direito de oprimir a maioria explorada. É mais uma prova de que o PT não passa de mais um partido a serviço da preservação do modo de produção capitalista. Do contrário, teria de expulsar sumariamente de suas fileiras esse crápula Zeca do PT, que manda reprimir sem-terra.

## Portuários em greve contra arrocho

35 mil portuários entraram em greve no dia 05/10, contra o projeto de lei que transformava a categoria em trabalhadores autônomos. Com esse artigo, os portuários teriam de pagar 20% de seus salários à Previdência, enquanto hoje pagam 8%. Sem falar nas perdas de direitos trabalhistas. A greve obrigou o governo a recuar e manter a mesma taxa previdenciária para os avulsos. Mas não quebrou a essência da transformação em autônomos, o que retira os direitos trabalhistas. É preciso impedir a perda do vínculo empregatício, que permite o corte de direitos trabalhistas, que também constituem salário.

## Crise no governo ao redor da reforma na Previdência gera um ataque ainda maior ao funcionalismo

O Supremo Tribunal Federal votou a inconstitucionalidade do desconto previdenciário sobre as pensões dos servidores inativos. A rejeição se deu simplesmente com base em artigo da Constituição que proíbe o desconto sobre os inativos. Por trás da medida judicial estão os interesses corporativos dos juízes, os interesses eleitorais dos partidos burgueses e a divisão interburguesa em relação aos aspectos das reformas em votação no Congresso, que incluem um corte sobre os orçamentos estaduais por meio de mudanças na taxação (ICMS).

Qual a resposta do ministro (pau-mandado do imperialismo) Pedro Malan? Se o dinheiro para os especuladores não vem dos inativos, então o governo apresentará uma proposta de desconto ainda maior sobre os ativos. Para o capital financeiro, pouco importa quem vai pagar, desde que se arrume dinheiro para sustentar seu parasitismo financeiro.

A oposição reformista (PT e aliados) se coloca covardemente por uma "negociação" dessa reforma antipopular. Propõe-se a discuti-la no quadro imposto

pelo imperialismo, ou seja, preservando o sustento do parasitismo financeiro. Junta-se aos partidos governistas preocupados com o desempenho eleitoral para formular uma proposta que, atendendo às imposições imperialistas, possa ser apresentada às massas como um "mal menor", "conquistada" a duras penas pelos parlamentares.

Contra essa canalhice sobre as massas e o funcionalismo, é preciso organizar a luta, a greve geral do funcionalismo para barrar as reformas de confisco salarial.

## CUT anuncia: 10 de novembro - Dia Nacional de Paralisação e Protesto

A direção nacional da CUT anunciou que pretende realizar um protesto nacional contra a política econômica do governo. Para isso, está chamando a realização de um dia nacional de paralisação e protesto, em defesa do emprego e do Brasil. O objetivo é realizar protestos locais, suspendendo as atividades nas fábricas, bancos e escolas. A direção da CUT preparou uma lista de reivindicações que abrange a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, reajuste de 10% dos salários e mudanças no projeto para a Previdência Social.

Por que não convocar uma greve geral? É reconhecido que há um grande descontentamento entre trabalhadores, camponeses, estudantes etc. em relação ao governo e sua política econômica. Os muitos movimentos grevistas e de protestos que têm acontecido são uma prova incontestável disso. Qual tem sido o seu limite? O fato de permanecerem isolados, quando sua luta é geral, contra a política antinacional e antipopular ditada pelo governo. O que deveria ser feito, então? Unificar e centralizar esses movimentos nacionalmente para ganhar a força necessária para vencer o governo. A organização de uma greve geral por tempo indeterminado pela derrubada integral do plano do governo é a resposta.

Mas as direções do movimento, vin-

culadas principalmente ao PT e seus aliados eleitorais, estão preocupadas é em canalizar todo esse descontentamento para a via eleitoral/institucional. Tremem diante da possibilidade do levante nacional de massa contra o governo, porque isso colocaria em risco a democracia burguesa e suas instituições, ambiente natural das negociatas, lobbies e pressões parlamentares, tão caras aos reformistas. A massa oprimida do país, se colocada em movimento, ultrapassará os limites impostos por suas direções conciliadoras com os exploradores e tomará em suas mãos as soluções de seus próprios problemas.

O que faz a burocracia dirigente dos sindicatos e da CUT? Procura evitar que os oprimidos se rebellem. Os operários metalúrgicos querem lutar contra o arrocho e desemprego? As direções organizam o tal do "festival de greves", que tem dia e hora para começar e acabar e não amedronta os patrões. Os operários se desgastam e voltam ao trabalho sem conquistadas. Mas as direções continuam em seus postos, e seguem "negociando"...

O mesmo se pretende fazer em nível nacional. A idéia do *protesto*, e não *greve geral*, é a seguinte: onde houver muito descontentamento, se faz greve de um dia; onde não for possível, então só se faz um ato público. No dia seguinte, tudo

volta como antes, e o plano de fome de FHC continua em pé.

Já na formulação das reivindicações do protesto se percebe a intenção das direções: ao invés de exigir o emprego para todos com a escala móvel de horas de trabalho, pede-se 36 horas semanais, que podem ser burladas pelos capitalistas com o apoio dos sindicalistas nos chamados bancos de horas; ao invés de se exigir a reposição das perdas (os automóveis subiram mais de 106% no plano Real), pede-se míseros 10% de reajuste; ao invés de se colocar o combate à reforma da Previdência (que acaba com a aposentadoria, aumenta os descontos nos salários e tudo isso em benefício dos especuladores da dívida pública), pede-se apenas "mudanças" no projeto do governo, ou seja, que se ataque menos os trabalhadores. As reivindicações estão formuladas com o propósito de se chegar a uma negociata sem precisar do confronto com o governo, e quem pagará por isso são os assalariados.

Contra a linha de quebra das tendências de luta temos de exigir a convocação de assembléias em todos os sindicatos e aprovação da greve geral por tempo indeterminado. Contra a linha de conchavos e pressão institucional, temos de defender a aprovação das nossas reais reivindicações nas assembléias e ir à luta por elas.

# O capitalismo putrefato impõe às massas a catástrofe da fome

Os últimos dados sobre a miséria no mundo são:

*"A quantidade de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia passou de 1,2 bilhões em 1987 para 1,5 bilhões hoje. O Banco Mundial estima que esse contingente chegue em 2015 a 1,9 bilhões de pessoas. De 4,4 bilhões de habitantes que vivem em países mais pobres, cerca de 60% não têm acesso a condições básicas de saneamento, 25% não conhecem condições modernas de moradia e 20% continuam marginalizadas da medicina."* (Folha, 19/9)

Mais alguns números:

*"Pesquisas apontam que, mundialmente, o número de famílias com patrimônio superior a 1 bilhão de dólares triplicou depois da crise de 1994 e que os 385 indivíduos mais ricos detêm mais bens materiais do que 45% da população mais pobre do planeta - 2,5 bilhões de pessoas. As famílias que tinham 16 trilhões de dólares para investir em 1997 terão 24 trilhões no ano 2000"* (Gazeta Mercantil, 29/9)

## Capitalismo em desintegração

Está evidente que o capitalismo está em plena barbárie social. De um lado, a riqueza se concentra nas mãos de uns poucos; e, de outro, a miséria se agiganta sem parar. Trata-se da desintegração do sistema de exploração da força de trabalho assalariada. As massas estão sendo mundialmente sacrificadas em favor da manutenção da produção controlada pelos monopólios e pelo capital financeiro (capital parasitário, sem aplicação produtiva).

## Tudo indica agravamento

O Banco Mundial, o mesmo que publicou o recente relatório sobre o crescimento da miséria dos trabalhadores, prevê uma melhora no crescimento mundial no próximo ano. Mesmo que isso ocorra, as massas continuarão a viver a tormenta do desemprego crescente e do rebaixamento salarial, bem como da eliminação de direitos trabalhistas elementares. A probabilidade maior é que a crise mundial se agrave.

O esgotamento do crescimento espe-

culativo dos Estados Unidos é tido como certo. As demais potências não têm como iniciar um novo ciclo expansivo. Esbarram na crise de superprodução. As forças produtivas estão em choque com as relações de produção sob a forma de monopólios. O capitalismo esgotado tende a destruir parte de forças produtivas (quebras, fechamento de postos de trabalho, guerras etc).

## Os reformistas apregoam falsas soluções

A esquerda burguesa (reformistas) está alegre com o "reconhecimento" pelo Presidente do FMI que a pobreza se tornou um grande problema para os países devedores. Afirma que suas teses contra o neoliberalismo mostraram-se certas. Esta política econômica se esgotou. Conclusão: é hora de pôr em prática um "novo modelo" de desenvolvimento econômico, geração de emprego e "inclusão dos excluídos" (jargão clerical e reformista).

Os reformistas pretendem convencer uma parcela da burguesia que a melhor solução para a crise é desconcentrar as riquezas e evitar assim que as massas se revoltem contra o capital. Apostam no crescimento da oposição em toda América Latina (México, Venezuela, Argentina, Brasil etc). Na realidade, apresentam falsas soluções. A crise do capitalismo e o crescimento da miséria são estruturais.

A tendência é do capital atacar ainda mais a vida das massas e aprofundar a distância entre países oprimidos (de economia atrasada, semicolonial) e opressores (potências industriais, imperialistas).

O reformismo está fadado a se submeter às pressões do imperialismo. E se colocar frontalmente contra as necessidades mais elementares das massas.

## Defesa da vida dos explorados

Frente à miséria, só há uma política correta: defender a todo custo a vida dos explorados, de forma que através da luta cheguem à raiz do problema. A raiz é a exploração capitalista do trabalho, a propriedade privada dos meios de produ-

ção, a acumulação de capital parasitário, a contradição entre o campo e a cidade, a economia mundial que combina alto avanço com profundo atraso. Ir à raiz é derrubar o capitalismo e construir o socialismo.

Mas para as massas tudo começa pelo estômago. A exploração e a fome as empurram à luta. É por isso que os reformistas e a burocracia temem as greves unificadas e a generalização dos movimentos. Evitam organizar campanhas gerais contra o desemprego, os ataques do governo e dos patrões a direitos mais elementares, como previdência etc.

Ao contrário, trata-se de organizar o movimento social pela **escala móvel das horas de trabalho (distribuição das horas de trabalho para que todos tenham emprego sem reduzir os salários), pelo salário mínimo real de 1800 Reais, terra aos camponeses, destruindo o latifúndio e pela derrubada do Plano antinacional e antipopular do governo.**

## Revolução social

A barbárie será eliminada com a eliminação do capitalismo. Não é possível sequer amenizá-la, como querem os reformistas, no interior desse regime. Toda tentativa de resolvê-la com métodos econômicos burgueses resultará em colaboração contra-revolucionária com os capitalistas monopolistas.

Os antagonismos de classe crescem com a desintegração do capitalismo e preparam o caminho para o proletariado assumir a tarefa histórica de transformação da base econômica. A tarefa essencial é dotar o proletariado do programa socialista, antagonônico à política capitalista. O que implica construir o partido-programa.

A revolução depende do amadurecimento político da classe operária. O partido revolucionário (marxista) é a ferramenta indispensável para isso, portador da estratégia da ditadura do proletariado. As condições objetivas para a revolução social estão dadas, falta-nos superar a crise de direção provocada pelo estalinismo que destruiu a III Internacional. A crise de direção comparece

nas lutas internacionais das massas contra a fome e na ausência da Internacional.

Nossa luta se concentra em construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

### O que diz o Programa de Transição da IV Internacional

*“A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se antes de mais pela crise histórica da direção do proletariado.*

*Os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo sistema capitalista, infligem às massas privações e sofrimentos sempre maiores. O crescimento do desemprego aprofundou, por sua vez, as crises financeiras do Estado e mina os sistemas monetários abalados. Os governos, tanto democráticos quanto fascistas, vacilam de*

*uma bancarrota a outra.*

*A afirmação gratuita de todas as espécies, segundo as quais as condições históricas não estariam ainda “maduras” para o socialismo, não passam do produto da ignorância ou de uma mistificação consciente. Os requisitos objetivos da revolução proletária não só estão maduros, como começaram mesmo já a apodrecer. Sem revolução social, no próximo período histórico, toda civilização humana está ameaçada de ser arrastada para uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, e antes de mais, da sua vanguarda. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária.”*

### O que tem a ver com os dias de hoje

Esta caracterização do capitalismo foi realizada em 1938, por Leon Trotsky. Previa que a burguesia não podia evitar um conflito bélico tão feroz quanto ao da Primeira Guerra Mundial. E, se o proletariado não superasse sua crise de direção, a catástrofe internacional viria, como consequência das contradições

econômicas. De fato, a burguesia imperialista colocou seu impasse em nível do nazi-fascismo (Alemanha, Itália). A guerra comercial e a disputa de áreas econômicas conduziram a uma situação bélica, a Segunda Guerra.

Depois de destruir maciçamente forças produtivas (a Europa e parte da Ásia foram arrasadas), o capitalismo, sob a liderança absoluta do imperialismo norte-americano, com a colaboração do estalinismo, recompôs as forças produtivas. A burocracia estalinista, aos poucos, jogou a economia estatizada no precipício e capitulou definitivamente frente às pressões restauracionistas. O avanço da restauração na ex-União Soviética resultou em retrocesso estrutural e em crise social.

Cinquenta e quatro anos após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo se mostra esgotado e impulsiona a burguesia contra a vida das massas. As caracterizações do Programa de Transição mostram-se atuais. É necessário lutar fundo no seio das massas pela elevação da consciência revolucionária e pela organização independente voltada à revolução social.

## 2º Congresso do PT: Que partido é esse?

O Segundo Congresso do PT está previsto para novembro. O caderno de Teses já está circulando. Chama a atenção o fato das correntes de esquerda não tirarem as verdadeiras lições da evolução do PT para posições pró-capitalistas e não verem que o reformismo petista assume um papel contra-revolucionário.

O PT está completamente integrado ao Estado burguês - o que quer dizer que auxilia a burguesia a exercer sua ditadura de classe sobre a maioria explorada - e atrelado ao quadro partidário capitalista. Sua oposição ao governo é de conteúdo burguês.

Não é preciso enfatizar que suas inúmeras experiências como governo (estado e município) mostram o reformismo fadado a gerenciar os interesses dos exploradores contra os explorados. Mas há três exemplos recentes que merecem ser citados:

1 ) A repressão policial em Betim contra os sem-teto, que culminou com o assassinato de dois ocupantes. Isto sob a gestão “democrática e popular” do prefeito petista;

2 ) A clara colaboração do governador do Acre, Jorge Viana, com o governo FHC;

3 ) A adaptação de Olívio Dutra ao Plano antinacional e antipopular do governo e a política pró-capitalista de Zeca do PT em Mato Grosso.

Só não vê quem não quer ou está profundamente corrompido na política pequeno-burguesa.

Agreguemos um fato parlamentar (neste caso os exemplos são muitos): a bancada parlamentar petista votou a proposição da UDR que favorece latifundiários devedores, deixando que Caiado confundisse as reivindicações de pequenos e médios agricultores com os interesses latifundiários.

No movimento operário, o PT estruturou uma poderosa burocracia sindical. Esta tem levado a fundo a colaboração de classe. Citemos alguns exemplos:

1 ) Assinatura de acordos com as Montadoras que reduziram os ganhos e direitos trabalhistas dos operários;

2 ) Defesa dos interesses das multinacionais junto ao Estado, como no caso do

acordo de redução de impostos em nome da proteção dos empregos.

3 ) Apoio ao critério de demissão voluntária;

4 ) Quebra de greves, a exemplo da Ford (mais recente) e dos petroleiros (mais antigo). Também nesse caso, há centenas de exemplos que vão desde a política de colaboração até o gangsterismo sindical (contratação de bate-paus, corrupção econômica etc).

Frente a tudo isso, que para a esquerda petista não é nada ou quase nada, o 2º Congresso estará debatendo se se levanta a bandeira do Fora FHC, eleições gerais, impeachment, critério de filiação partidária (um jogo de aparelho), ampliação das alianças (como se o PT ainda não tivesse se vendido à burguesia, como se não fosse eleitoralista).

É lamentável a capitulação da esquerda petista, algumas correntes no passado foram enfáticas defensoras do trotskismo. Hoje, mostram-se prostradas e quanto menos falarem em Trotsky, Lenin e Marx menos demagogia estarão praticando.

# O movimento operário necessita pôr em pé um Tribunal Popular, saído da luta e apoiado na defesa da vida dos explorados

Um dos argumentos do golpe militar de 1964 foi o da necessidade de acabar com a corrupção. Pois bem, a ditadura militar mostrou-se completamente venal. Lembremos os escândalos da Coroa Brastel, Delfin, Transamazônia etc.

Fernando Collor de Mello foi afastado em meio à revelação de roubos e conexão de PC Farias com a máfia (acobertaram o narcotráfico). Fernando H. Cardoso se elegeu como símbolo da honradez, da ética e da moral mais elevada. Resultado: seu governo é um pântano fétido.

Os partidos da base governistas se acham povoados de ladrões, crápulas e bandoleiros. Nos governos estaduais e prefeituras, o crime de corrupção está banalizado. Mesmo em gestões da oposição impera o empreguismo familiar e jogatinas. A ladroagem perpassa os Executivos, Judiciário e Parlamento.

O recente assassinato de um juiz no Mato Grosso visou ocultar a quadrilha de policiais, venda de sentença para presos, esquema de proteção ao narcotráfico, ordem de assassinato de sem-terra etc. A pistolagem policial é o que há de mais comum.

A cassação do deputado Hilde-

brando Pascoal ocorreu depois de anos comandando o crime organizado no Acre, envolvendo narcotráfico e pistolagem. O assassinato de PC Farias, em Alagoas, foi acobertado por laudos falsificados, para não identificar a "queima de arquivo". O maior suspeito é seu irmão, também parlamentar. A mais recente novidade é que Augusto Farias faz parte da mesma quadrilha de Hildebrando, cujos crimes são incontáveis.

O ex-Ministro da Justiça, Renan Calheiro, nessa semana, acusou o governador Mário Covas de favorecer empresas e seu filho. E este, por sua vez, caracterizou Calheiro de "pivete".

Não é preciso lembrar as acusações diretas sobre Fernando H. Cardoso de larápio.

Diante desse quadro, os reformistas voltam ao tema eleitoral da moralidade e da ética. Isso para fazer o mesmo quando estiverem no poder do Estado (há precedentes da gestão do PT que provam essa previsão). Procura-se acobertar que a estrutura geral da sociedade capitalista está carcomida. Os escândalos no Estado são um indicador do que se passa no interior da economia e da burguesia putrefata.

A vasta rapinagem, roubos, assassinatos, narcotráfico, venda de benefícios, organização de quadrilhas no interior do Estado, compra de votos etc indicam a desintegração da sociedade burguesa, fruto da tremenda acumulação de riqueza nas mãos de poucos e extrema miséria das massas.

Já dissemos mil vezes que as CPIs não passam de cobertura e disciplinamento dos escândalos, que vêm à tona devido as próprias disputas interburguesas. Rechaçamos a política reformista voltada às CPIs.

Ou a classe operária e camponeses pobres tomam em suas mãos a tarefa de combater a burguesia e seus crimes, com o objetivo de destituí-la, ou o apodrecimento burguês se converte cada vez mais em barbárie social. Os explorados têm com agir por conta própria, desconhecendo o parlamento e a justiça patronal corrompidos. Sair à luta por suas reivindicações e constituir um **TRIBUNAL POPULAR**.

*O POR convoca todas as correntes de esquerda a romperem com a política das CPIs e a se colocarem pelo Tribunal Popular contra a fome, a miséria, a matança de camponeses, a impunidade dos crimes burgueses e pelo fim da corrupção.*

## \* Superprodução: sintoma da crise capitalista

Segundo o "sindicato" patronal rural, apodreceram cerca de 40 milhões de caixas de laranjas, no valor de 80 milhões de Reais, porque não há compradores. Segundo a Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo, a perda seria de 18 milhões. "A indústria reduziu em 20% o processamento de laranja em relação à sua média de 97 para cá." (*Folha*, 28/9).

Alega-se que o elevado estoque de suco industrializado deve-se à queda do consumo internacional. O Brasil é o mai-

or exportador desse produto. As exportações se reduziram em 14%, em relação ao ano passado. Conseqüentemente, os preços caíram no mercado mundial e os industriais passaram a pagar ao produtor rural 60% a menos a caixa.

Destrói-se assim milhões de caixas, quando a miséria e a fome cresce entre os oprimidos.

O capitalismo é um sistema caótico. A superprodução não se circunscreve a laranjas. Em quase todos ramos de pro-

dução esse mal se manifesta. A indústria automobilística contabiliza 20 milhões de carros excedentes no mundo. A tendência é de agravamento da crise de superprodução, que significa mais desemprego.

A classe operária e camponeses pobres têm de organizar a luta comum por suas necessidades e rejeitar as alegações dos capitalistas de que os explorados devem arcar com o desemprego porque se trata de excesso de produção.

## Grito dos excluídos em Mossoró (RN) foi marcado pela política reformista

No dia 7 de setembro em Mossoró/RN ocorreu o Grito dos Excluídos. Participaram dele o Sindicato dos Comerciantes (SECOM), Metalúrgicos, Professores Universitários (ADFURRRN), SINTE-Regional, pastorais da igreja católica, Centro da Mulher 8 de Março (CM-8), SINDSaúde, PT, PCdoB e o POR. A manifestação, com cerca de 300 pessoas, foi pelo caminho oficial e responsabilizou o governo federal (PSDB/PFL) pela política que está gerando desemprego, trabalho infantil, arrocho salarial, fome e miséria dos trabalhadores.

A grande ausência foi do PSTU. O centrismo é ausente nas passeatas e manifestações da cidade. Participa somente das atividades da URRN (universidade). Longe de se constituir uma prioridade do trabalho planejado, a limitação da militância do PSTU é reflexo do partido de filiados. Os sócios participam das lutas dos trabalhadores quando têm tempo livre. A luta revolucionária é para os momentos vagos ou quando não possui nenhum

compromisso sério.

Durante grande parte do percurso, foram as pastorais que deram o tom à manifestação. Com músicas críticas, mas sem denunciar o sistema capitalista nem responsabilizar os governos burgueses, não serviu para esclarecer para a população o motivo e objetivo da manifestação.

Quando chegou próximo ao palanque, PT e PCdoB passaram a dirigir a manifestação. Porém, limitaram-se à política reformista. PCdoB incentivou a palavra-de-ordem *Fora FHC e o FMI*. Em frente ao palanque, onde se encontrava a prefeita Rosalba Ciarlini (PFL), o estalinismo reivindicou mais frentes de trabalho para o município. O PT, através da Tendência Marxista, solicitou cestas básicas para a população carente "mesmo que não resolva o problema, pelo menos amenizaria" - disse o presidente municipal do reformismo. Na ocasião foi entregue a *Carta dos Excluídos* à prefeitura burguesa.

O POR participou do ato com política independente. Não colabora com o

*Fora FHC* porque, arremedo do *Fora Collor*, entrega para o parlamento e eleições burguesas a responsabilidade de destituir os governos capitalistas. Nossa bandeira é pela derrubada revolucionária (as massas nas ruas) do governo capitalista e pela constituição de um governo operário e camponês. Contra subemprego para os trabalhadores, com salários de 80 reais, que cooperam com a superexploração do trabalho nos latifúndios ou obras públicas do governo. Defendemos a escala móvel das horas de trabalho, ou seja, a divisão das horas de trabalho por todos aqueles que podem trabalhar - sem diminuição de salários. Em relação às cestas básicas, entendemos que perpetua e torna oficial a miséria da população. É um paliativo e não resolve o problema. Não cabe aos revolucionários amenizarem os conflitos de classe a fim de perpetuar o regime de exploração sobre os trabalhadores. Por isto defendemos a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores e um salário mínimo real de R\$ 1800,00.

## Sintusp aponta caminho da mobilização

Em sua edição de setembro de 1999, o *Jornal do Sintusp* (Sindicato dos Trabalhadores da USP) afirma:

"Esse é o problema do abaixo assinado pedindo a tal da CPI contra o Fernando Henrique. Quem pode instalar CPIs é o Congresso Nacional que já abafou um monte delas para proteger FHC e seus ministros. É só lembrar a CPI dos bancos, a CPI da compra dos votos para aprovar a reeleição etc., todas as que não foram engavetadas acabaram em pizza."

"Seria muita ingenuidade acreditar que esse Congresso que já abafou inúmeras CPIs, que aprovou a reeleição de FHC, que em parceria com o pró-

prio FHC aprovou a retirada dos nossos direitos constitucionais, que aprovou as privatizações etc., vá agora julgar e retirar FHC. Acreditar nisso seria o mesmo que acreditar na possibilidade 'dos quarenta ladrões julgarem o Ali Babá', e ninguém mais pode acreditar em história da carochinha."

"Portanto, ficar esperando o resultado do abaixo assinado, ou seja, ficar esperando que o Congresso faça alguma coisa, é dar tempo para o governo tomar fôlego e se recuperar. Não podemos permitir isso, portanto, temos de exigir da direção da CUT e do PT a marcação da data da greve geral e um calendário de mobilizações, para es-

quentar os motores."

Consideramos muito positivo que o sindicato dos funcionários da USP se coloque contra a política distracionista do abaixo-assinado pela CPI e aponte o caminho da greve geral. Colocamo-nos ao seu lado para desenvolver essa linha no interior da universidade. Mas faltou dizer uma coisa: que a linha do abaixo-assinado é de responsabilidade política das direções do movimento, em particular da direção da CUT, do PT, PSTU e as outras correntes, que têm insistido em desviar os trabalhadores do caminho da ação direta para ficarem implorando que o Congresso corrupto resolva os problemas.

# Conferência Regional da Educação em São Paulo

A Conferência Regional de Educação da subseção Oeste-Lapa contou com três posições votadas. A da Articulação foi defendida pela própria diretoria, através da presidência do sindicato, Maria Izabel. Esta apresentou o conteúdo do caderno

“Construindo um Plano Educacional Emancipador”, escrito, na sua maioria, por intelectuais pagos pelo sindicato. O PSTU compareceu com um boletim e alguns extratos de sua Revista, dizendo ser o documento de princípio. Procurou atrair um setor de professores que estava descontente com o fracasso da política da Articulação e, ao mesmo tempo, não concordava com as posições revolucionárias, consideradas muito radicais. Um de seus defensores foi ao extremo de atacar a Carta de Princípios do POR por considerá-la partidária (como se idéias políticas pudessem não ser partidárias). Com isso, buscou ganhar uma parcela conservadora da classe, que rejeita o partido. O POR apresentou uma Carta de princípios, que reproduzimos abaixo, diferenciando do reformismo/Articulação/PT e do centrismo oportunista do PSTU.

A conferência Regional tinha direito a 32 delegados de base para a Conferência Estadual. Houve a votação e, proporcionalmente ao número de votos, ocorreu a composição da delegação. A Carta da Articulação ficou representada por 12 delegados, a do PSTU por 8 e a do POR com 12.

Foi muito importante a aglutinação da vanguarda em torno da Carta de Princípios defendida pelo POR. O fortalecimento desse setor, que claramente se opõe às teses do reformismo petista e o centrismo do PSTU, para intervir, sob a base das idéias revolucionárias, na Conferência Estadual, é fundamental para avançar na luta contra a política da direção da Apeoesp.

Reproduzimos a seguir o texto defendido na Conferência:

## Aos delegados (as) à Conferência

A Conferência Regional deverá discutir e aprovar uma Carta de Princípios que, por sua vez, deverá fazer parte dos debates da Conferência Estadual da Educação. A Corrente Proletária na Educação e independentes propõem essa Carta objetivando responder à profunda crise da educação e às medidas tomadas pelo governo, bem como definir as principais reivindicações e os métodos de luta.

1. Nosso ponto de partida: responder a crise do capitalismo e da educação com o programa e método da luta de classe

Vivemos a época do capitalismo monopolista, ou seja, imperialista. Trata-se de um sistema em processo de desintegração e de barbárie social, em nível mundial. O desemprego, o fim de milhões de postos de trabalho, a crescente miséria de bilhões de seres humanos, o aumento das desigualdades sociais (concentração de riqueza nas mãos de um pequeno punhado de pessoas e a concentração da pobreza para a maioria da população) etc atestam o acelerado ritmo de decomposição do sistema de exploração do trabalho. Outro sintoma é o predomínio do parasitismo financeiro em detrimento do capital produtivo, o que amplia a crescente miséria das massas trabalhadoras.

Diante desse fenômeno, a burguesia imperialista atua no sentido de manter o capitalismo putrefato. Não é por acaso que os capitalistas aumentam a exploração do trabalho, avançam o saque sobre as nações oprimidas, utilizam meios bélicos e aplicam o mais feroz protecionismo em suas fronteiras nacionais. São medidas, portanto, reacionárias, pois, ao invés de resultar em crescimento das forças produtivas, vêm provocando quebra considerável de parte delas. Consequências que, por sua vez, se convertem em fator de ampliação das crises constantes e profundas desse regime econômico. Os mecanismos adotados pelas potências imperialistas para enfrentar as crises são

o de aumento da opressão social e nacional. Isso como meio de proteção desse sistema e como forma de amenizar os efeitos nas economias capitalistas mais desenvolvidas.

A profunda crise pela qual atravessa o Brasil é parte dessa crise mundial. As consequências nada mais são do que resultados da política imperialista sobre as nações mais atrasadas (semicoloniais). O governo FHC segue a política traçada pelos detentores do capital financeiro. As reformas que vêm sendo implantadas no país são um conjunto de medidas que descarregam a crise do capital sobre a maioria explorada, protegem os monopólios e os setores parasitários e improdutivos. Portanto, nada têm a ver com as reais necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e muito menos com a chamada “modernização” da economia.

Para livrar-se da barbárie, as massas trabalhadoras devem partir do fundamental: que o capitalismo é irreformável. Ou seja, é necessário destruí-lo através da revolução social, da revolução proletária.

A diretoria da Apeoesp defende a tese das reformas no capitalismo monopolista. Criticam os aspectos “bárbaros” da exploração do trabalho e pretendem amenizar os efeitos mais violentos desse sistema econômico. Segundo sua tese, vivemos a fase em que a correlação de forças favorece os neoliberais que estão com o poder em suas mãos. E que a saída seria inverter essa correlação de forças, ampliando a hegemonia no campo democrático e popular. O que possibilitaria reverter a política econômica aplicada pelos atuais governos. Daí as alianças com os chamados setores progressistas, o método eleitoral como o mecanismo para se obter a hegemonia no poder do Estado, os remédios às reformas neoliberais e a conciliação de classe em detrimento da unidade grevista etc. A diretoria da Apeoesp expressa no interior do sindicato a política reformista do PT, que tem em seu programa a distribuição de renda, a integração dos países atrasados no mercado mundial, a reforma agrária para ampliar o mercado in-



terno, o salário mínimo de menos de 200 dólares etc. Portanto, de um lado, não têm vigência nas condições do capitalismo monopolista e, de outro, favorece a manutenção da miséria da maioria da população e do sistema capitalista. Essa posição tem levado a submissão do sindicato à política do governo de destruição dos serviços públicos, das conquistas históricas dos trabalhadores, do patrimônio nacional, dos empregos e da manutenção do arrocho salarial. O mais grave é que essa política conciliadora ilude os trabalhadores, particularmente os da educação, com mudanças eleitoreiras, ou seja, no marco institucional do Estado burguês.

Os trabalhadores terão de negar as duas estratégias para responder à crise: a imperialista, que se expressa na destruição de parte das forças produtivas e maior submissão das nações oprimidas; e a reformista, que responde com a possibilidade de um governo, no campo popular, implantar reformas no capitalismo sem, é claro, se chocar com o imperialismo. Ao mesmo tempo, levantar a estratégia da revolução social e da implantação do governo operário e camponês. Levantar a bandeira da frente única antiimperialista, baseada nos comitês de base em todo o país e apoiada inteiramente no programa proletário para combater de fato o governo FHC e todo saque imperialista. Um programa que parta das reivindicações vitais da maioria explorada e da ação direta.

## 2. A Reforma do Ensino é de destruição da educação

A reforma da educação do governo FHC segue as exigências da política econômica do imperialismo. Não é por acaso que tem como carro chefe o Banco Mundial. Trata-se de uma reforma que objetiva privatizar o máximo possível das escolas públicas. A sua essência se expressa em quatro eixos fundamentais: a) centralização; b) descentralização; c) avaliação; d) destruição de conquistas sociais, desemprego e arrocho salarial. A centralização será concluída com a reforma curricular. A grade e os conteúdos serão determinados e controlados pelo governo. Sob essa conteúdo, incidirão as avaliações de desempenho das escolas, alunos e professores. A descentralização vem se processando através da municí-

palização e das parcerias com as empresas privadas. Essa descentralização tem como meta final a crescente privatização de níveis de ensino (o que ocorre com as universidades também se verificará assim que implantar a reforma do ensino médio) e a instituição de mecanismos de cobrança de mensalidades (proposta do Banco Mundial e já aceita por Guiomar Namó). A instituição dos meios de medição (avaliação) é uma das estratégias neoliberais para fechar escolas e demitir professores. Por fim, a reforma educacional está em oposição à ampliação de conquistas para os educadores. Está a serviço do fim da Previdência pública estatal, da criação da Previdência privada, do aumento do tempo de trabalho para se aposentar, do fim dos direitos trabalhistas, do aumento da exploração do trabalho (mais aluno por sala e mais tempo de aula) e da permanência da miséria salarial. O piso determinado pelo Fundef de 315 reais atesta bem os objetivos governamentais com essa reforma de ensino. O governo de São Paulo, como os demais governadores, aplicam essa reforma, com apenas diferenças de ritmos.

O conteúdo central da reforma se materializa na mutilação do sistema educacional e na obstrução, cada vez mais imperiosa, de uma parcela considerável de alunos de atingir os graus mais elevados. Para os ordenadores da reforma, todos aqueles que pretendem assumir os níveis acima do fundamental são os que podem sustentar um ensino mercantilizado. Cabe ao Estado unicamente o papel de oferecer a educação elementar. As condições de miserabilidade das massas trabalhadoras e a privatização impedirão que milhares de jovens possam galgar os graus mais elevados do ensino. Isso mostra o quanto essa reforma educacional está imersa na crise do sistema capitalista, que obriga a burguesia (classe dominante) a destruir a educação e a escola pública e gratuita para toda a população.

## 3. Combater a farsa reformista de um "Plano de Educação Emancipador"

Frente à reforma do governo, a diretoria da Apeoesp propaga as teses reformistas do PT para a educação. Estas se assentam em 5 eixos fundamentais: a) "construir um projeto de educação de

qualidade social"; 2) "transformador e emancipador"; 3) que esteja "vinculado ao mundo do trabalho"; 4) apoiado na "democratização da escola"; 5) numa escola "inclusiva e cidadã". Com tais fundamentos, critica os aspectos autoritários, mercantilizadores, de exclusão e de "qualidade empresarial (total) da reforma governamental.

O objetivo da política reformista é atuar no interior das instituições do Estado burguês, "disputando" com o do governo. Para isso, almejam a "construção de um projeto de educação de qualidade social, transformador e libertador...".

Essa formulação carece de sentido teórico e prático. Trata-se de uma retórica desvinculada da vida real do capitalismo em decomposição. Desconhece que a desagregação do sistema escolar, em última instância, é um reflexo das contradições históricas do capitalismo.

Um dos sintomas mais contundentes de tais contradições é a profunda crise social. E como a escola é uma das instituições mais sensíveis às relações sociais, nesse quadro de decomposição, expressa as consequências mais bárbaras do sistema de exploração do trabalho. Isto é, a escola voltada à instrução elementar perde, em grande parte, importância para os interesses dos exploradores, que não se importam em sucateá-la e restringi-la em todos os seus aspectos.

A idéia de transformar essa escola em "emancipadora, cidadã" etc é um absurdo, que tem por função desviar-se da tarefa de defesa de uma nova escola como parte de uma nova sociedade. Ou seja, de uma sociedade socialista. Objetiva, também, obscurecer as reivindicações que partem do momento atual, a exemplo da escola pública e gratuita em todos os níveis para toda a população, nenhuma interferência do Estado e da Igreja na condução do ensino etc, pelo fato destas serem um meio de mobilização e de enfrentamento com o poder burguês.

A idéia de que essa escola pode ser transformada em "laboratório de prática, exercício de direitos etc", não passa de um ilusionismo pequeno-burguês. A transformação da escola é um problema político. E o problema político está em como os explorados assumirem um programa de destruição do capitalismo e de se organizarem para essa finalidade his-

tórica. A escola não se “emancipará” por si própria. Será emancipada através da revolução social.

4. Responder à estratégia neoliberal e reformista: Defesa do ensino público, laico, científico e vinculado à produção social como parte do programa proletário

A escola está em desintegração porque o sistema econômico capitalista se desintegra. A reforma educacional que vem sendo implantada está em consonância com as reformas que visam a abertura desenfreada da economia nacional, privatização das estatais, destruição dos serviços públicos, das conquistas dos trabalhadores e da manutenção do arrocho salarial. Portanto, a reforma do ensino é parte dessa política de aumento da opressão social, nacional. O que quer dizer que não está a serviço do desenvolvimento das forças produtivas nacionais (formação de mão de obra para o mercado de trabalho). Ao contrário, o mercado se estreita e é cada vez mais controlado pelas multinacionais. As reformas educacionais respondem à estratégia de desobrigação do Estado para com a escola pública, do aumento da privatização, da destruição da carreira dos trabalhadores da educação, da brutal miséria salarial.

Dizer não à reforma educacional do governo e as “alternativas” reformistas não quer dizer que defendemos essa

educação que está aí. Ao contrário, estamos entre aqueles que entendem que uma nova escola será fruto de uma nova sociedade. Ou seja, sem lutar pela destruição do sistema de exploração do trabalho não será possível erguer uma nova escola. Porém, a luta por uma nova escola inicia desde já. É no interior do capitalismo que defendemos a escola pública, gratuita, laica, científica, autônoma e voltada à produção social. É na luta contra o Estado, que impõe as reformas neoliberais, entre elas a da educação, que os educadores se soldarão com a classe operária e demais oprimidos na defesa das reais reivindicações das massas trabalhadoras. O que quer dizer que a solução da falência do ensino será dada pela luta de classe. E as transformações que sofrerão as escolas e a educação serão materializadas sob um governo operário e camponês, ou seja, o governo da maioria oprimida contra a minoria opressora.

#### Principais pontos de nossa defesa

- 1) Escola única (único sistema de ensino – estatal), pública, gratuita, autônoma e vinculada à produção social;
- 2) Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial), estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;
- 3) Autonomia integral da educação: administrativa, pedagógica e controle pelos trabalhadores da educação, pais e

alunos;

4) Escola laica. Contra todo tipo de ingerência religiosa nas escolas. Por uma escola científica;

5) Unidade entre a teoria e prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período na escola e outro na produção social;

6) Aumento dos recursos destinados à educação;

7) Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato;

8) Piso salarial nacional de 1800,00;

9) Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário

10) Reposição das perdas salariais;

11) Aposentadoria especial aos 25 anos para as mulheres e 30 para os homens;

12) Nenhum desconto nos salários dos aposentados;

Abaixo a Reforma Privatista de FHC/ Banco Mundial!

Chega de conciliação com o governo! Chega das pressões inúteis aos deputados! Que a Apeoesp esteja a serviço das reivindicações dos trabalhadores da educação e unidade com a classe operária, camponeses sem-terra e demais oprimidos!

Derrubar as reformas governamentais pelo método da ação direta dos trabalhadores!

Setembro/1999

## Em defesa de José Donizetti, contra as ameaças da repressão

O militante do PSTU em Franco da Rocha, José Donizetti, está sendo ameaçado de morte por denunciar a corrupção e a municipalização do ensino. Os vereadores e a prefeitura burguesas tentam calar as denúncias.

A defesa da militância contra os ataques da burguesia é um dever de todos os classistas. A organização dos movimentos em torno das reivindicações dos explorados é o único caminho capaz de proteger os lutadores. Chega de ameaças!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

## Guarulhos

# O que foi a II Conferência da Educação

Realizou-se nos dias 24,25 e 26 de setembro a II Conferência Municipal de Educação, visando à construção de um plano municipal para a educação em Guarulhos.

No seminário apareceram, além da tese da prefeitura, a tese da Apeoesp (Esquerda do PT), a do Espaço Cultural Florestan Fernandes em conjunto com a associação de pais, pastoral da educação e grupos de estudantes, a do sindicato do funcionalismo público (Articulação) e a da Corrente Proletária na Educação.

A polarização ocorreu entre os blocos Articulação/Prefeitura de um lado e Florestan/Apeoesp de outro.

O objetivo do bloco principal da prefeitura/Articulação era a aprovação da municipalização do ensino na região, mascarar a falta de salas dos EMEIS (que alegavam ter espaços ociosos), e a construção de escolas apenas de 1ª a 4ª séries.

Em contraposição a esta política, o bloco de esquerda apresentava um projeto de reforma da educação, colocando-se contra a municipalização, contra a separação do ensino fundamental em ciclos (1ª a 4ª e 5ª a 8ª), pela melhora da merenda (extensão para o 2º grau) sob responsabilidade do Estado, que a prefeitura respeitasse o conselho gestor etc. Mas não se colocou

contra o sistema de ensino, não mostrou que o responsável pela degeneração do ensino é a degeneração do capitalismo, que leva à aplicação de planos de reformas educacionais destruidoras da educação em benefício do parasitismo financeiro.

A Corrente Proletária se colocou contra as teses da Prefeitura e votou junto com a esquerda vários pontos, mas se diferenciou por mostrar a necessidade do combate de conjunto às reformas educacionais, parte da luta antiimperialista e anticapitalista.

Reproduzimos a seguir um trecho da tese da Corrente Proletária:

## Dados sobre a Educação no Município de Guarulhos

As vagas tanto nas escolas estaduais como nas municipais são insuficientes para a população de Guarulhos. A falta de verbas, principalmente após a instituição do Fundo de Estabilização Financeira, leva não só parte do orçamento da educação como do próprio orçamento geral do município para o pagamento das dívidas com os agiotas nacionais e internacionais.

Como saída, a prefeitura, por pressão direta dos governos estadual e federal, aventa a possibilidade de participar do programa de municipalização do ensino preconizado pela LDB (Leis de Diretrizes e bases da Educação) e pelo PNE (Plano Nacional de Educação).

A síntese do projeto é que o estado passaria as escolas de ensino fundamental (1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries) para a prefeitura, que contrataria o pessoal, insumos e merendas necessários. Em troca, o estado pagaria a prefeitura mediante verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Vimos que muitas prefeituras, pensando em obter um orçamento extra, entraram de cabeça no processo de

municipalização. E hoje pagam amargamente por isto tanto professores como alunos e a população em geral destes municípios por virem a rápida maneira como a educação se deteriorou.

Um exemplo claro é o Município de Cotia, a verba que recebem do Fundef não é suficiente nem para manter a merenda nas escolas. Os professores são obrigados a perder grande parte de seu tempo, que deveria ser utilizado para preparar as aulas, na organização de atividades para recolher alimentos para a merenda.

Isto sem contar a pressão política a que estão submetidos, obrigados a dizer amém a todos os atos do prefeito e dos políticos corruptos do município, pois, pelo contrato de trabalho assinado com a prefeitura, podem ser dispensados a qualquer momento e sem nenhuma garantia, houve casos de professores demitidos por não terem em seus carros o adesivo do candidato do prefeito a deputado nas eleições passadas.

Muitas salas de creches e pré-escolas foram fechadas, para acomodar os alunos de 1ª a 4ª, e as restantes foram reagrupadas, passando da média de 25 para 40 alunos/sala (colocando crianças de 4,

5 e 6 anos na mesma sala), formando verdadeiros depósitos humanos.

Mas isto ainda não é tudo, houve retirada de funcionários das escolas, a faxina das escolas estão sendo realizadas por pais e professores; falta de materiais didáticos (que acabam devendo ser comprados pelos pais); atraso de pagamento de professores; corte do passe estudantil (problema agravado com a divisão das escolas por ciclos).

Como vemos, a municipalização traz mais problemas do que soluções, na verdade obriga o município (que estão a bancarota devido à recessão gerada pela Plano de Estabilização) a custear toda a educação, como não conseguirá será obrigado a fazer convênios com as empresas, o que significará em pouco tempo a privatização do ensino e seu direcionamento as áreas de interesses de grandes grupos capitalistas.

Por isto devemos ser contra o processo de municipalização. Na Conferência passada, obtivemos uma vitória ao não deixar passá-la. Este ano precisamos reforçar organizando um amplo movimento de massa contra a municipalização do ensino.

## Chapa da ADFURRN tem programa adaptado a universidade capitalista

A chapa *Adfurrrn Forte* (PPS, PT, PC de B e independentes) apresentou seu programa de gestão sindical para o período de 1999/2001. A característica principal do programa é a circunscrição de suas propostas no âmbito da sociedade capitalista, não propõe romper com o sistema de exploração do trabalho e, por isto, tem uma proposta de sociedade, valorização profissional e universidade adaptadas a sociedade de classes.

No início do programa, a Chapa estabelece os pontos-chaves de sua atuação: "(...) Defender o Brasil, a universidade pública e a valorização de nossa profissão (...)". Ao prosseguir a leitura do programa, com base nesses três eixos principais, é possível tornar claro a política da Chapa.

Ao caracterizar o cenário nacional sem relacionar a crise econômica do Brasil como resultado do esgotamento histórico do sistema capitalista, a Chapa pensa em "encorajar-nos" a "defender o Brasil" sem explicar que tipo de "sociedade justa" é essa que defendem. A defesa do Brasil sem uma crítica direta, clara e científica do capitalismo não passa de abstração, que leva a posições pró-capitalistas.

O segundo ponto, a defesa da "universidade pública de qualidade", ou uma "URRN autônoma, democrática, pública e de qualidade" concretizada na proposta (item das "Diretrizes") da "defesa da Universidade das investidas de privatizações do projeto neoliberal e fortalecimento das lutas das entidades em defesa do ensino público, da democracia e da autonomia da universidade" demonstra o caráter reformista da Chapa.

Para barrar a política privatizante da educação promovida pelo projeto neoliberal e defendermos uma URRN autônoma e democrática, é preciso defender a **Soberania da Assembléia Universitária**, onde os estudantes possam se expressar como setor majoritário. Exijamos que o Estado financie totalmente a educação, mas a direção da universidade cabe somente aos estudantes, professores e funcionários. Somente uma reitoria tripartite, ou seja, onde exista a representação dos três segmentos da universidade - com maioria estudantil - é capaz de garantir a Autonomia administrativa, pedagógica, política e de gerenciamento dos recursos financeiros da URRN de forma

que favoreça a classe trabalhadora. Além de garantir a verdadeira democracia.

Uma universidade onde os trabalhadores tenham a direção dela só é possível se as classes exploradas deterem o poder de Estado (ditadura do proletariado ou governo operário-camponês). O programa da Chapa *Adfurrrn Forte* não pode chegar a esta conclusão porque pensa em garantir a universidade pública, democrática e autônoma nos limites da sociedade capitalista. Por isto que a "defesa intransigente da autonomia da URRN" está na "definição desta como autarquia especial", ou seja, no respeito a regulamentação por lei da própria burguesia. A comunidade universitária da URRN sabe, na prática, o que significa uma autonomia no papel (lei): Nada!

A questão da Chapa reformista colocar a decisão da autonomia da URRN na regulamentação jurídica não é novidade. Continuada da política da direção anterior, possui inclusive as mesmas pessoas, ela propagandeou pela URRN a conquista da autonomia devido o parecer favorável do jurista do governo dos Alves. Isso no mesmo instante que o governo diminuía as gratificações dos funcionários, impedia a contratação sequer de professores provisórios, colocava a URRN numa situação financeira de suspender a participação dos docentes em congressos e seminários, enfim, que autonomia é esta?

Mas uma questão sobre a universidade: o problema da qualidade. A Chapa defende uma "universidade de qualidade" sem, no entanto, indicar no que consiste esta "qualidade". Ou seja, falta uma crítica político/social à universidade. Pois o problema da educação brasileira não se restringe apenas ao fato de estar submetida à política neoliberal. Existe também, um problema histórico-social.

A educação brasileira é baseada na memorização, repetição e mecanizada. É um ensino violador do pensamento criativo. É um ensino modelador, doutrinário. Ele distancia a teoria da prática. Este é um ensino que condiz a sociedade capitalista onde o homem encontra-se fragmentado: uma minoria determina e organiza o trabalho da maioria - uns mandam outros executam.

A verdadeira educação é aquela que trabalha o conhecimento das leis da na-

tureza e da história. Ao mesmo tempo que possibilita aplicá-la no conjunto da sociedade simultaneamente. Por isto que é uma educação ligada às transformações revolucionárias, que só o proletariado pode concretizar.

A educação vinculada a produção social é justamente a que permite esta ação transformadora na natureza e na sociedade. Educação onde os estudantes alternam um momento na escola e outro na produção, aplicando e aprimorando imediatamente seus conhecimentos adquiridos.

Este tipo de educação só é possível se o conjunto da classe explorada mantém sob seu controle a economia do seu país. Desta forma, permite-se sua intervenção transformadora. Neste sentido é que a educação vinculada à produção social está associada a revolução social, ao fim do capitalismo, a socialização dos meios de produção e ao controle operário da economia. Eis o motivo da Chapa não possuir uma crítica à falência da URRN. Ela se preocupa em realizar uma proposta viável a URRN nos limites do sistema capitalista, não propõe a Revolução Social, a transformação da sociedade.

Por último, a *Adfurrrn Forte* defende a "valorização de nossa profissão". A defesa da nossa valorização profissional pela Chapa significa submeter-se às relações de trabalho impostas pelo programa neoliberal do governo burguês dos Alves (PMDB). Caso contrário, a Chapa não defenderia a "implementação do novo plano de Cargos e Salários da URRN", que elaboraram, e no qual defenderam a retirada da ascensão por tempo de serviço, submetendo-se às pressões da burguesia em estabelecer relações de trabalho prevaricadas.

Foram por estas razões que o **Partido Operário Revolucionário (POR)** defendeu O VOTO NULO PROGRAMÁTICO. A inexistência de uma chapa que defenda os reais interesses da comunidade acadêmica trabalhadora impôs a defesa dela através deste expediente. Convocamos os docentes que concordam com estas idéias a unir nossas forças e organizar a OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA para se contrapor à política reformista e traidora dos interesses dos explorados implementada pelo PT, PPS e PC do B no nosso sindicato.

# Eleições do DCE/USP: mais um ano com a atual direção (Força Socialista/PSTU)

As eleições do DCE/USP tiveram pouco mais de 4,5 mil votos. A vitória coube à chapa *Universidade em Movimento* (FS/PSTU), com mais da metade dos votos. A chapa *Adaptar ou Resistir* (O Trabalho/Articulação) ficou com pouco mais de 700 votos, e a *Muda DCE* (PCO) com pouco mais de 500. A chapa X (privatista) teve menos de 300 votos. A vitória da situação se deu com um quorum baixíssimo (total de 60 mil alunos na USP), o que mostra a distância do DCE dos estudantes e a falta de uma alternativa que encarne a necessidade da luta unitária, organizada pela base e defensora da democracia estudantil. A Corrente Proletária Estudantil defendeu o voto nulo, com as seguintes críticas, reproduzidas a seguir:

## **Voto nulo programático, por uma oposição revolucionária**

A Corrente Proletária Estudantil chamou os estudantes da USP a votarem nulo nas eleições para o DCE. Isto porque não havia nenhuma chapa que pudesse desempenhar um papel de impulso à ação direta dos estudantes em defesa de suas reivindicações. As quatro chapas inscritas foram:

### **a) Universidade em Movimento**

É a chapa da maioria da atual direção do DCE, e é constituída pela Força Socialista (PT), Reviravolta (PSTU), Articulação de Esquerda (PT) e independentes. No processo de formação da chapa, excluiu a corrente "O Trabalho" das discussões, porque ela não fazia parte do *Rompendo Amarras*, bloco nacional de oposição à atual diretoria da UNE. A decisão de filiar o DCE/USP ao *Rompendo Amarras* foi tomada pelos dirigentes das correntes, que negociaram às costas dos estudantes e determinaram o caráter da chapa. Só poderia participar da chapa quem aceitasse essa decisão (conchavo).

Embora não se apresente assim, é a chapa situacionista. Os poucos aspectos positivos da gestão são obscurecidos completamente pela falta de um traba-

lho de base; pelo isolamento imposto ao movimento dos alunos da FFLCH que reivindicavam unidade para lutar por mais professores em 1998; pela não aplicação de resoluções importantes do Congresso dos Estudantes, como a organização da eleição de RDs (representantes discentes nos órgãos colegiados da USP) pelos próprios estudantes, rompendo com o controle da burocracia universitária (reitoria e diretorias); pela tentativa de contenção dos estudantes (piquete) quando exigiam a entrada no auditório da FEA onde haveria a participação de Pedro Malan; pela atitude de tentar liberar o trânsito quando a passeata da USP fechou a Av. Dr. Arnaldo em 26/03; pela falta de iniciativa diante dos movimentos de ocupação do Crusp, mobilizações na Letras etc.

Afirmamos que a atual direção do DCE tem essa conduta devido à política de sua direção (FS/PT), que tem uma linha reformista, à qual se adaptam as correntes minoritárias PSTU e OT. Para provar, basta que observemos seu programa para as eleições do DCE/99:

- afirma que a superação de nossas desigualdades e mazelas virá do conhecimento produzido na universidade. Essa é uma visão que supõe a igualdade sem mexer com a estrutura econômica da sociedade, ou seja, sem superar o capitalismo. Uma visão pequeno burguesa elitista, que supõe que as mudanças sociais vêm do conhecimento.

- não coloca o método da ação direta como essencial para lutar pelas reivindicações estudantis. Isso porque superestima a pressão institucional. Prova disso é que chama os estudantes a apostarem tudo no Congresso corrupto (abaixo-assinado), nas CPIs fajutas e na convocação de eleições gerais, e não a confiarem em suas próprias forças e nas do movimento operário, popular e camponês para resolver seus problemas.

- não se coloca pela estatização da rede particular. Ao não fazer isso, na prática abre mão da defesa do direito democrático à educação para todos. Mais uma prova disso é que não se coloca pelo fim do vestibular.

- diz rejeitar as reformas educacionais do governo, mas tem uma posição ambígua em relação às avaliações, que são elemento essencial do projeto governista: a chapa defende a tal da "avaliação de verdade". Qualquer "avaliação" no quadro atual servirá aos interesses governistas de cortes de verbas. O controle da universidade tem de ser feito é pela comunidade universitária, e isso só é possível com a derrubada da burocracia e a soberania da assembléia universitária (alunos, professores e estudantes).

- tem uma concepção formal e passiva de democracia na universidade. Limita-se a pedir as eleições diretas dos cargos e a paridade entre alunos, professores e funcionários dentro da atual estrutura burocrática.

- em relação à assistência estudantil, nega-se a reivindicar as reais necessidades dos estudantes e limita-se a pedir o possível... de ser atendido sem um dura luta contra a burocracia. Um bandejão "mais barato", mais moradias (quantas?) e assim por diante.

### **b) Adaptar ou Resistir**

Esta chapa é consequência do fracasso das pressões da corrente "O Trabalho" em se unificar com a chapa da maioria da atual direção. Excluídos do processo de discussão da "Universidade em Movimento", OT trabalhou pela realização de uma convenção aberta. Muitos estudantes independentes de vários cursos compareceram à convenção. O que OT fez? Chamou a convenção a se dissolver na plenária do *Rompendo Amarras* e reivindicar a unidade com eles. Negou-se a discutir previamente um balanço da atual gestão, que determinaria se era possível a unidade ou necessária uma oposição. Assim, foi até a plenária da chapa situacionista e implorou pela unidade. A maioria dos estudantes que veio até a convenção se dispersou. Depois do fracasso de sua pressão, OT chamou a formar uma chapa de oposição. Por incrível que pareça, com um balanço que formalmente condena a atual gestão, a quem imploravam pouco antes a unidade. Pior ainda, jun-

tou-se à Articulação do PT (muito mais reformista que a Força Socialista), que manteve o controle do DCE/USP por dez anos e o manteve às moscas. Tudo isso se reflete no programa:

- Chama os estudantes a jogarem todas as suas esperanças de atendimento das reivindicações na via eleitoral;

- Coloca-se contra a privatização da universidade pública sem atacar o ensino privado. Empunha a bandeira de "verbas públicas somente para a universidade pública" sem defender a estatização da rede particular;

- Limita as reivindicações dos estudantes ao alcançável pelas "negociações": por exemplo, mais moradias com a participação dos estudantes no processo de seleção. Quando o correto seria a defesa de moradias para todos que precisam (sem seleção, que é o mesmo que exclusão) e sob controle dos estudantes, não apenas com sua participação.

- Possui uma visão administrativa da aproximação do DCE aos estudantes: por exemplo, propõe a reativação de subdeses do DCE no interior, quando o problema é a falta de aproximação do DCE dos problemas mais sentidos pelos estudantes. Tanto é assim que o distanci-

amento em relação ao DCE se dá inclusive no campus Butantã. Essa visão administrativa decorre da incapacidade para desenvolver a crítica à política de sua direção.

### c) Muda DCE

Essa chapa foi formada pelo PCO e mais vários estudantes que apenas deram seu nome para permitir a inscrição da chapa. Incrível como declama "Chega de DCEs fantasmas!". Quem é mais fantasma, a atual diretoria do DCE, que só apareceu no prédio da Letras (que está em mobilização desde agosto) para pedir votos, ou o PCO, que só aparece em momentos como assembleias e eleições?

Seu programa reflete a falta de conhecimento dos problemas da universidade. Assim, fica nas generalidades: mais professores, mais bolsas, mais vagas, menor preço no bandeirão (auditoria nas contas da Coseas), mais vagas no Crusp, mais democracia na universidade. Qual o método para aproximar os estudantes? "*atividades dos mais variados tipos, políticas, acadêmicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer*". É isso que é ter um DCE de luta?

### d) Chapa "X"

Apresenta-se como incógnita e avessa aos partidos. Mas é fácil resolver a equação: contra todos os partidos de esquerda, defensora da busca de financiamento privado para a universidade, da integração dos alunos meramente ao redor das atividades esportivas, defensora de "grupos de estudo" que só servem para conversa fiada, em oposição à mobilização. Essas são as posições do partido burguês PSDB, ou não são?

Diante disso, chamamos os estudantes a se colocarem por uma autêntica oposição revolucionária à atual direção do DCE. Que se baseie num programa de defesa das reivindicações, do método da ação direta, da democracia estudantil, da independência política, organizativa e econômica das entidades, de combate às reformas educacionais do governo e ao seu plano antinacional e antipopular, que não rebaixe as reivindicações em função das negociações.

Vote assim: faça um quadrado na cédula e escreva: por uma oposição revolucionária, pela ação direta, pela democracia estudantil, contra a paralisia e os conchavos de cúpula.

## O Partido e sua Organização

Prosseguimos a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

### Organizações Paralelas

A utilização das organizações paralelas como auxiliares nos trabalhos organizativos serve a duas finalidades: a) a necessidade de encontrar formas viáveis para facilitar a captação de militantes e b) o objetivo partidário de se ligar às massas, a de dirigir politicamente a suas camadas mais amplas, mesmo sendo uma organização minoritária de vanguarda.

### A capacitação de militantes

Os simpatizantes e aspirantes à militância são agrupados em organizações especiais, onde recebem capacitação política e são devidamente provados. Precisamos descobrir meios que nos permitam influenciar massivamente os setores que nos interessam, a fim de detectar estes simpatizantes; o trabalho partidário seria inconcebível se sua pro-

paganda, por exemplo, se limitasse a circular no estreito âmbito da militância e dos elementos que lhes são mais próximos; nosso objetivo é chegar às massas.

A organização de núcleos paralelos (que podem ser desde agrupações desportivas até círculos de leitura, passando por uma enorme gama que corresponde às múltiplas manifestações da vida social) nos facilita o trabalho de penetração nas massas e, conseqüentemente, à capacitação de simpatizantes (que são a fonte de onde se recolhe a militância). O trabalho nas organizações paralelas tem, para nós, o objetivo central de ampliar a influência partidária e de facilitar a aquisição de militantes. Construiria um tremendo desvio se esgotássemos todos nossos recursos nos trabalhos dos grupos paralelos e perder as finalidades organizativas partidárias.

A venda massiva da propaganda, por exemplo, se verá tremendamente facilitada com a existência de grupos para-

elos. É muito interessante formar grupos de amigos leitores, assinantes do jornal, isto para citar apenas um dos exemplos. Ninguém ignora o valioso aporte para a luta que prestam as organizações de libertação dos presos políticos, de donas-de-casa, uma corrente dentro do movimento, etc.

Os grupos paralelos agrupam a setores sociais amplos, que são precisamente conjunto de militantes do movimento; mas é claro que o partido tem de dirigi-los ou influenciar decisivamente a partir de seu seio e somente poderá fazê-lo através de seus militantes.

Os que pretendem contrapor a capacitação de militantes à formação de organizações paralelas como dois trabalhos distintos que se excluem mutuamente, demonstram não ter compreendido nada sobre o problema. Nossa finalidade é a formação de militantes e neste empenho utilizamos como auxiliares os grupos paralelos

# A Revolução de 1952 na Bolívia e o POR boliviano

Damos continuidade à publicação de uma série de trechos sobre a Revolução de 1952 da Bolívia com o objetivo de desfazer a lenda de que o POR foi responsável pelo triunfo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Uma das falsificações dos adversários é que o POR estava em condições de dirigir as massas insurretas, mas não o fez porque se colocou pela política de pressão sobre a ala esquerda do MNR e desconheceu a COB como organismo de duplo poder (soviet). Acrescenta-se a isso a versão que o MNR não tinha força alguma quando se criou a COB. Mais uma vez, desconhece-se os fatos reais para imputar uma responsabilidade inexistente ao POR. Vejamos.

## A real situação do POR junto as massas\*

“Nos primeiros momentos as massas “movimentistas”, entre elas se encontra o proletariado, mostravam um enorme orgulho plebeu e estavam seguras de que suas determinações eram já parte da política governamental. Em lugar de repudiar as organizações políticas radicalizadas, mostravam simpatia frente as idéias e a atividade destas. As organizações sindicais e seus porta-vozes tinham muita liberdade de movimento. Esse estado de ânimo dos explorados, que arancava diretamente da vitória que obtiveram com suas mãos frente ao exército reacionário, junto à tremenda confusão que imperava em suas fileiras, permitiu que o POR desenvolvesse uma amplíssima atividade, particularmente no seio das organizações operárias. Era freqüente o caso das idéias e proposições poristas se imporem graças ao apoio e aos votos de militantes movimentistas de base. Os trabalhadores se encontravam oscilando permanentemente entre o MNR e o POR, situação que se via esti-

mulada pela posição equivocada de Lechin. Uma série de dirigentes sindicais médios acreditavam que era normal que postulassem algumas consignas trotskistas ao mesmo tempo que militavam nas fileiras do oficialismo.

De certa maneira, o POR se beneficiava momentaneamente da confusão em que estavam submetidas as massas, confusão que era combatida na propaganda deste partido. Seria errôneo pensar que o trotskismo calava seus reparos ao governo movimentista, a fim de motivar a resistência das massas a sua atividade. Não. A crítica porista ao nacionalismo era virulenta, mostrava suas limitações e denunciava a menor concessão feita ao imperialismo. É esta crítica, precisamente, que as vezes encontrava apoio dos movimentistas de base.

Daqui se tirou uma conclusão falsa, sobretudo por parte dos camaradas do exterior, de que o POR controlava as massas, particularmente o proletariado organizado, ou então que esse controle

avançava aceleradamente. Que isto não era assim se constatava pelo fato de que a imposição das idéias poristas nas organizações de massa (prova de sua radicalização) não se traduzia no crescimento da militância, ainda que as condições favoráveis existissem para toda a esquerda. Os que votavam e defendiam as posições do POR, começando por Lechin, seguiam comodamente movendo-se como militantes movimentistas. A confusão das massas se levantou como um muro intransponível que impedia o crescimento do POR, que pudesse realmente controlar e dirigir os trabalhadores. O partido estava colocado diante de uma miragem, que muitas vezes desorientou a seus próprios dirigentes, permitindo-lhes sustentar que se estava na porta da conquista do poder.”

(\*Título dado por nós) (no próximo número continuaremos com a tradução que se refere à situação do POR no interior da COB)

## Cursos de formação política do POR

O POR realiza cursos de formação política como parte do trabalho para formação de quadros. Assimilar criticamente a experiência histórica do movimento operário nacional e internacional é fundamental para a construção de um autêntico partido revolucionário, necessariamente seção nacional do Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional, a ser reconstruída). Alguns cursos em andamento são:

### História do Trotskismo no Brasil

Realizamos um estudo da conjuntura histórica de cada período e das posições fundamentais das correntes de esquerda, em particular as autodenominadas trotskistas. Já discutimos os períodos que vão desde a década de 20 até meados dos anos 70. No último encontro, vimos o período 68/75, e debatemos a diferenciação entre *marxismo* (a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, depende da transformação de classe em si em classe para si, portanto do partido-programa) e *foquismo* (que pretende arrastar as massas detrás de um grupo bem treinado militarmente, despreza a elaboração do programa revolucionário), e entre o conceito de *foco* (pequeno grupo exemplar desvinculado das massas e com programa democrático burguês) e *guerrilha* (organização militar de resistência popular, vinculado às massas). O próximo debate será na primeira semana de novembro.

### Marxismo e Educação

Estudamos as principais concepções do marxismo sobre a educação, em confronto com as posições reformistas e revisionistas. Partimos do conceito de que a educação sob o capitalismo está conformada pela separação da teoria e prática, imposta pelo modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado. Daí a defesa marxista da educação vinculada à produção social, que para se realizar depende da luta pelo socialismo. Procuramos estabelecer a ligação entre as diferentes concepções de educação e a política das correntes em relação às reformas educacionais aplicadas pelos governos.

## Fora a ONU do Timor Leste

Pode parecer democrática e humanitária a intervenção militar da ONU para pôr fim à matança dos paramilitares contrários à independência do Timor Leste. A imprensa em geral, governos, Igreja, ativistas sindicais e até mesmo correntes de esquerda conclamaram os Estados Unidos a saírem em defesa da independência, votada por 75% da população em plebiscito. A morosidade dos norte-americanos em "socorrerem" os timorenses pró-independência foi motivo de campanha crítica. O que vale reconhecer que a ONU não daria um passo no envio de soldados sem o consentimento do imperialismo ianque.

Não importa se Clinton enviaria ou não seus militares. O fundamental é que apoiasse a intervenção, utilizando-se de seu poder de pressão contra o governo da Indonésia. Finalmente, os Estados Unidos deram um ultimato aos militares indonésios de que ou aceitariam a retirada de suas tropas e a ocupação dos capacetes azuis, ou sofreriam o famoso bloqueio econômico, incluindo corte no comércio de armas.

Ameaça que parece ter sido executada em parte (bloqueio de armas). Enfim, o imperialismo mais portentado mostrou seu poder sobre a Indonésia semi-colonial, obrigando um recuo dos generais nacionalistas. Os defensores do

intervencionismo logo se mostraram aliavidos, pois, para eles, não havia cabimento os Estados Unidos jogarem a OTAN contra o governo Iugoslavo e não contra a Indonésia. Não consaram de se referir aos 100 bilhões de dólares dos capitalistas norte-americanos na Indonésia e que isso não poderia ser motivo de não enviar soldados da "paz" ao Timor. Pois bem, a Casa Branca se utilizou deste mesmo poder econômico para impor o recuo ao exército.

Os soldados da Interfet, agora, se vêm na tarefa de capturar os milicianos anti-independência, chefiados por Caitano da Silva. Mais do que isso, serão os responsáveis pela estruturação de um Estado e pela formação de um aparato policial, provavelmente baseado nos guerrilheiros pró-independência, que por si mesmos foram incapazes de derrotar os invasores indonésios. Mas tudo indica que, para isso, a Indonésia terá de dar seu aval, como explicou o chefe militar da missão da ONU. Sem dúvida, a "independência" do Timor ainda está em negociação.

Nossa posição é contrária à intervenção da ONU. Esta, em qualquer circunstância, expressa o poder colonizador do imperialismo. Vale tanto para o caso da Iugoslávia quanto para o do Timor. Não foi por acaso que Clinton aproveitou a

grita geral em favor do envio de tropas para retomar a proposição de que é preciso acabar com essa história de "soberania absoluta" dos países. O que implica legalizar internacionalmente o que o imperialismo sempre fez: intervir onde lhe interessa.

A independência do Timor é fruto da luta contra qualquer forma de opressão nacional. Somente o povo timorense pode impor sua independência. A luta contra os massacres das milícias pró-indonésia temperaria o povo para conquistar a independência pela via revolucionária. Um povo que objetiva a independência deve impô-la historicamente com suas próprias mãos. Apoiar-se na intervenção do imperialismo é negar a própria independência em curso.

É preciso que se diga, sem temor de errar, que a ONU é uma cova de bandidos. Essa caracterização de Lenin continua mais atual do que nunca. Fora o exército indonésio do Timor! Fora a intervenção da ONU, que nada tem de paz, de democrático e de imparcialidade! Nenhum soldado brasileiro sob as ordens do imperialismo! Organizar o povo timorense em armas pela independência! A emancipação de um povo será obra dele mesmo! Apoio internacional do proletariado à autodeterminação do Timor Leste!

## Burocracia pró-capitalista pisoteia o direito à autodeterminação

A guerra da Rússia contra a Tchetchênia é fruto da restauração capitalista da ex-União Soviética e da desintegração econômica e social de toda região. Expõe o caráter reacionário dos restos da burocracia estalinista.

Stalin e seus asseclas romperam desde 1924 com a posição marxista-leninista do direito a separação das nações. Pouco antes de morrer, Lenin combateu a ação de Stalin em fraturar o princípio contrário à opressão nacional ao reprimir a Geórgia. É parte do programa bolchevique a defesa da autodeterminação dos povos.

A existência de diferenciações étnicas e regionais que subsistiram à revolução proletária, sob o comando da ditadura estalinista, veio à tona com a quebra econômica da ex-União Soviética

e com o processo de reestruturação capitalista.

Trotsky previu que a destruição das bases econômicas da propriedade coletiva (ponto de partida para construir o socialismo e chegar à sociedade sem classe-comunismo) se daria através de guerras civis. A Rússia quanto mais capitalista for mais necessidade terá de exercer a opressão nacional sobre as centenas de etnias que congregavam a União Soviética nascida da revolução proletária. E fará isso com guerras.

Defendemos o direito de autodeterminação da Tchetchênia, Daguestão e outras nacionalidades. Defender incondicionalmente o direito de separação, não significa conceber que a separação será o caminho de emancipação real

de tais nacionalidades. Somente a derrubada da burocracia restauracionista, da burguesia que se forma e superação do nacionalismo pró-capitalista também presente entre os separatistas, no sentido de reconstruir sob novas bases a União Socialista dos Povos Soviéticos, cumprirão a tarefa histórica de unir as massas oprimidas de tais nacionalidades e colocar a economia a serviço da humanidade.

Fora o exército russo opressor da Tchetchênia e Daguestão! Pela revolução política que destrua a velha burocracia restauracionista e retome as bases e princípios da Revolução Russa (bolchevique)! Lutamos pela autodeterminação dos povos, defendendo o comunismo (sociedade sem classe e sem opressão nacional).